

**ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e vinte e nove minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores deputados! Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para que proceda à leitura da ata da Sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados, público aqui presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems! *"Ata da Quadragésima Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul — Estado do Pantanal. Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e quarenta e seis minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** - Lida e aprovada a Ata Quarenta e Seis da Trigésima Nona Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 1-0376/2026, da Caixa Econômica Federal; Ofícios nºs 149.344 e 151.051/2026, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Ofícios nºs 61.956, 61.959, 61.962, 61.965, 61.968, 61.971, 61.974 e 61.977/2026, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 504, 508, 517, 522 e 539/2026, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande; e-mail da Neoenergia Elektro; Carta nº 36/2026, da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf Nacional). **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** - Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Paulo Duarte, Antonio Vaz, Zé Teixeira, Caravina e Junior Mochi. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Marcio Fernandes, João Henrique, Paulo Corrêa e Jamilson Name. **GRANDE EXPEDIENTE** - Usaram da palavra os deputados Zé Texeira e Mara Caseiro. **ORDEM DO DIA** - Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 270/2024, de autoria do deputado Antonio Vaz. Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Decreto Legislativo nº 5/2026, de autoria da Mesa Diretora; Projeto de Resolução nº 13/2026, de autoria do deputado Gerson Claro; Projeto de Lei nº 20/2026, de autoria da deputada Lia Nogueira. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Gerson Claro, endereçada aos familiares da professora Dolores Therezinha Mattje Farias; requerimentos de moções de pesar, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada aos familiares de Silas Rodrigues de Lima e André Marciano; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada aos familiares de Fernando Hashinokuti; requerimento de moção de apoio, de autoria do deputado Renato Câmara, ao Projeto de Lei Complementar nº 185/2024, que regulamenta a aposentadoria especial dos agentes comunitários de saúde e dos*

*agentes de combate às endemias, prevista no parágrafo 10 do artigo 198 da Constituição Federal; requerimentos de moções de congratulação, de autoria do deputado João Henrique, endereçadas a quatorze enfermeiros e a nove técnicas em enfermagem, alusiva ao Dia da Enfermagem, comemorado anualmente no dia 12 de maio; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada ao jovem atleta Bruno Fellipe Lobo Silva Souza, de Campo Grande, pela conquista da seletiva sul-americana para o Campeonato Mundial Sub-18 de Vôlei de Praia, ao lado de seu parceiro, Gabriel Campos, resultado que garantiu a eles a vaga para representar o Brasil no Mundial da categoria, a ser disputado na Holanda; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada ao senhor Rogério Silva Alves, diretor da Escola Estadual Professor José Edson Domingos dos Santos, e aos demais trabalhadores da escola, localizada no distrito de Nova Itamarati, Ponta Porã, pela excelência na direção das atividades e de projetos sociais, tais como: 'Projeto Biodiesel', 'Projeto Maracujá', Projeto Pesquisa Saúde, Projeto Mandala, Projeto Ecoturismo, Arborização e Urbanismo, Projeto Violão, Projeto Atletismo, sendo referência em ensino de qualidade na região da Cabeceira do Apa; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçada ao engenheiro civil Antonio Carlos Brandalize Filho, em reconhecimento aos seus relevantes serviços prestados ao Estado de Mato Grosso do Sul por meio de sua destacada atuação na construção civil; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada ao Sindicato Rural de Dourados, em comemoração aos sessenta anos da Expoagro, uma das mais importantes feiras do agronegócio do Estado de Mato Grosso do Sul e do Brasil; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada à professora Andressa Sato, sul-mato-grossense, por conquistar premiação voltada à área ambiental e por se destacar como finalista em premiação de abrangência global, evidenciando a relevância do trabalho desenvolvido na educação e na promoção da sustentabilidade; indicações, de autoria dos deputados Renato Câmara, Jamilson Name, Gleice Jane, Lia Nogueira, Mara Caseiro, Marcio Fernandes, Lidio Lopes, Caravina, Pedro Kemp e Zeca do PT. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e um de maio do ano de dois mil e vinte e seis". Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata, que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para que proceda à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PL) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados! Expediente da Sessão Ordinária de 26 de maio de 2026: Processo nº 00044916-86.2026.8.12.9163/2026, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, encaminhando proposta de alteração da Lei nº 1.511, de 5 de julho de 1994, para fins de modificar regras referentes à promoção por antiguidade e merecimento dos magistrados; Ofício nº 37/2026, do Ministério da Educação, respondendo à indicação da deputada Gleice Jane (Prot. nº 002/2025); Ofício nº 0396/2026, da Caixa Econômica Federal, encaminhando Crédito de Recursos Financeiros - Orçamento Geral da União (Prot. nº 1405/2025); Ofícios nºs 61.194, 61.346, 62.090, 62.093, 62.096, 62.133, 62.222, 62.225 e 62.229/2026, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo a indicações/requerimentos dos deputados Marcio Fernandes, Lia

Nogueira, Gleice Jane, Mara Caseiro, Zeca do PT, Renato Câmara, Lidio Lopes e Caravina (Prot. nº 890/2026, 728/2026, 1093/26, 972/2026); Cartas nºs 504, 514, 515 e 516/2026, da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Jamilson Name, Caravina e Jamilson Name (Prot. nºs 972, 979, 985, 972/2026); Ofícios nºs 598 e 608/2026, da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A, solicitando a perfuração de um poço artesiano no bairro Santa Felicidade (Prot. nºs 4946, 3558/2025). Senhor presidente, foi lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença dos senhores Juliano dos Santos e Marcos Nantes, vereadores do município de Dois Irmãos do Buriti. Sejam bem-vindos à Casa da Democracia! Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Pelo livro de inscrição, com a palavra, o deputado Paulo Corrêa.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Senhor presidente, para deixar registrado, como ontem foi o Dia da Indústria de Transformação em Mato Grosso do Sul, quero dizer que nós temos muito orgulho de, nesta Casa, trabalhar com a Federação das Indústrias. A indústria de transformação de Mato Grosso do Sul é a que mais cresce no Brasil. Mato Grosso do Sul vive um dos melhores momentos de sua história industrial. Isso tudo é resultado de muito trabalho, planejamento e parceria entre o setor produtivo e o poder público. Já são mais de oito mil empresas industriais ativas, gerando emprego, renda e desenvolvimento para a população. São mais de cento e setenta mil trabalhadores empregados diretamente pela indústria. Isso é motivo de comemoração. E são mais de 7 bilhões pagos em salários todos os anos. Nossa produção industrial já supera a casa dos 100 bilhões de reais anuais. E os investimentos para 2030 passam de 90 bilhões, com novas fábricas e ampliação das que já estão instaladas em Mato Grosso do Sul. Isso fortalece a economia, aumenta as exportações e consolida o estado como referência nacional de desenvolvimento, geração de oportunidades e crescimento sustentável. Quero parabenizar os industriais de Mato Grosso do Sul, na pessoa do presidente da Federação das Indústrias, Sérgio Longen. Presidente, agora eu quero apresentar algumas proposições. Indico à Mesa Diretora, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Aparecido Carlos Bernardo, CEO da Universidade Interamericana do Paraguai, solicitando a concessão de desconto de 20% nas mensalidades do curso de Medicina aos agentes da Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul e aos seus familiares. A medida visa contribuir para o fortalecimento da integração entre o Brasil e o Paraguai por meio da educação. Esta proposta foi apresentada pelo meu companheiro Pompilho Júnior, ex-presidente da Federação de Laço de Mato Grosso do Sul e presidente do Clube de Laço de Ponta Porã. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares e amigos do secretário de Educação Hélio Queiroz Daher, pelo falecimento de sua mãe, a senhora Maria Célia Queiroz, ocorrido ontem. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado, ao secretário Arthur Falsete, e à senhora Fernanda Balestieri, diretora-geral do BioParque Pantanal, solicitando a realização de

paisagismo na área externa, combinado com acesso e rampa de estacionamento acessível do BioParque Pantanal, na avenida Afonso Pena. O local está muito bonito, bem visitado, mas precisa haver um toque mais legal. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao Grupo Zahran, em nome do atual presidente, senhor Caio Turqueto, ao senhor Nicomedes Silva Filho e ao diretor da Rede Mato-Grossense, senhor Antônio Boaventura Alves, pela compra do controle acionário da Rede Anhanguera, formando a maior rede de comunicação do país, abrangendo os Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Tocantins. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente e senhores deputados, eu venho apresentar uma moção de congratulação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à senhora Eva Elíse dos Santos Bumlai, pela posse como reitora do Centro Universitário (Insted). Sua posse representa importante marco para a instituição e para toda a comunidade acadêmica, e reflete sua competência, dedicação e visão comprometida com a formação educacional de excelência, a inovação e o desenvolvimento humano...

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Deputado Pedro Kemp...

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Antes de conceder a palavra a Vossa Excelência, eu vou pedir, se puder, para transformarmos a moção em nome da Casa. Todos os deputados estão ansiosos para assinar junto, até porque nós estivemos ontem numa linda cerimônia lá no Insted. Era isso, senhores?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Era isso mesmo, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — A gente lê pensamentos.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Obrigada, senhor presidente. Obrigada, deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Com certeza. Também, senhor presidente, eu quero apresentar uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de Estado de Educação, solicitando estudos no sentido de alterar a legislação que prevê apenas dois dias de afastamento ao professor convocado, em razão de luto por falecimento de filhos, cônjuge, ascendentes e irmãos, para que seja igualado ao

período de afastamento permitido aos professores efetivos da Rede Estadual de Ensino. Esta reivindicação foi encaminhada ao meu gabinete por representantes dos professores convocados da Rede Estadual de Ensino. Eles solicitam que a lei trabalhista seja mais isonômica. Com razão, os profissionais encaminharam esta reclamação, uma vez que, reiteradamente, esta Casa de Leis aprova encaminhamentos ao Governo do Estado pedindo medidas para garantir direitos básicos e humanitários aos professores convocados. Hoje, os professores temporários representam quase 70% dos profissionais que atuam nas escolas estaduais, que, além de ganharem menos que os efetivos, têm menos direitos que os efetivos. Quero, também, apresentar uma moção de pesar. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder aos familiares e amigos da senhora Sandra Siqueira da Silva, em nome de seu esposo, senhor Marcos Cáceres Lopes, em razão de seu falecimento, ocorrido no dia 24 do corrente mês. Por último, senhor presidente, eu quero apresentar um requerimento. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, a inclusão, na Agenda Oficial desta Casa de Leis, da audiência pública com o tema: Ferrovia, sim — Hidrovia, não!, a ser realizada no dia 5 de junho, às 16 horas, no Centro de Convenções do Pantanal, município de Corumbá. Para este evento, solicitamos confecção de convite on-line, serviço de assessoria de imprensa, gravação integral em imagem e áudio para fins de registro e produção de documentos oficiais, além de taquigrafia. Era o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado João Henrique. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, deputados, deputadas e todos que nos visitam hoje! Eu trago um projeto de lei. Projeto de lei que declara de utilidade pública estadual a Associação Educacional Nossa Senhora da Abadia, com sede no município de Sidrolândia. Artigo 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Educacional Nossa Senhora da Abadia, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro no município de Sidrolândia. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. A Associação Educacional Nossa Senhora da Abadia desempenha relevante papel educacional e comunitário no município de Sidrolândia, razão pela qual o presente projeto de lei visa reconhecer oficialmente a importância de sua atuação para a sociedade sul-mato-grossense, por meio da declaração de utilidade pública estadual. Trata-se de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que atua há décadas na promoção da educação básica e no desenvolvimento de ações voltadas à formação integral de crianças e adolescentes, pautando suas atividades em princípios educacionais, sociais, culturais e comunitários. Conforme previsto em seu estatuto social, a entidade possui finalidades voltadas à promoção da educação, da formação humana, da cidadania e do desenvolvimento social, mantendo atividades educacionais e complementares destinadas ao fortalecimento da comunidade local, em consonância com sua natureza filantrópica e sem finalidade lucrativa. Além das atividades regulares de ensino, a instituição desenvolve importantes projetos pedagógicos, esportivos, culturais e sociais, contribuindo significativamente para o desenvolvimento acadêmico, físico e humanitário de seus educandos. Dentre as ações promovidas, destacam-se

atividades de ginástica, futsal, vôlei e handebol, incentivando disciplina, convivência social, inclusão e qualidade de vida. A entidade também realiza projetos complementares, como feiras de ciências, exposições culturais, desfiles cívicos, festas tradicionais e comemorações educativas, fortalecendo os vínculos entre escola, família e comunidade, além de estimular valores humanos, criatividade e participação social. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, solicitando a destinação de uma viatura policial para guarnecer a Polícia Militar do distrito do Taboco, no município de Corguinho. A presente indicação atende ao pedido formulado pelo vice-prefeito do município de Corguinho, senhor Jeffer Aparecido Peres. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à nossa querida Neca, reitora do Centro Universitário Insted. A moção a ela já foi apresentada por outro colega, estou apenas lendo a minha. Quero dar boas-vindas ao deputado João César Mattogrosso, que chega a esta Casa — claro que não como gostaríamos, não é mesmo, João César? A Justiça Eleitoral poderia ter sido mais célere para não criar esse constrangimento tanto à sua pessoa quanto à do Neno Razuk. Mas é isso. Seja muito bem-vindo a esta Casa. Que Deus o abençoe enormemente. Obrigada, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, venho apresentar um requerimento. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Corrêa Riedel, com cópia ao diretor-geral brasileiro da Itaipu Binacional, senhor Ênio Verri; ao secretário de Estado de Cidadania, senhor José Francisco Nogueira; e coordenador regional da Funai em Ponta Porã, senhor Tônico Benites, nos termos que seguem. Justificativa: em 2025, a Itaipu Binacional, por ordem do presidente Lula, estabeleceu um termo de parceria, transferindo 5,4 milhões de reais para a construção de dez centros de cultura nas comunidades indígenas de Mato Grosso do Sul. Presidente, o senhor sabe que eu ando muito pelo interior, inclusive nas aldeias, e, no final de semana passado, estive em Naviraí, em Amambai e em outros municípios do sul do estado. E concluí minha agenda lá em Amambai, na aldeia Amambai, oportunidade em que visitei um dos centros culturais — dos dez em construção —, e encontrei uma obra iniciada e não acabada, absolutamente abandonada, e sem placa indicativa da construção ou do investimento. Dessa forma, senhor presidente, faço o requerimento nos seguintes termos. "Considerando que, no ano de 2025, foi firmada parceria entre Itaipu Binacional, Funai, Instituto de Desenvolvimento Socioambiental — IDSA — e o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Cidadania, visando ao repasse, execução e aplicação de recursos no valor de 5,4 milhões de reais, destinados à construção de centros culturais indígenas em aldeias Guarani-Kaiowá no estado; considerando que, durante diversas visitas realizadas por este mandato parlamentar aos municípios do interior de Mato Grosso do Sul, ao longo do corrente ano, especialmente às aldeias indígenas Guarani-Kaiowá, foram constatadas reclamações de lideranças indígenas

locais acerca da paralisação ou demora na execução de obras previstas no âmbito da parceria firmada acima citada, requeiro o cronograma completo de repasse dos recursos financeiros previstos na parceria firmada em 2025, bem como os valores ainda pendentes de liberação, a relação das aldeias e municípios contemplados pelo projeto, com a indicação do estágio atual de execução das obras em cada localidade, a identificação das empresas, entidades ou equipes técnicas responsáveis pela execução das obras, bem como o motivo da inexistência de placas de publicidade contendo informações sobre os investimentos, início e finalização das obras, as razões de eventuais atrasos, paralisações ou não início das obras identificadas em algumas aldeias indígenas visitadas recentemente, e as medidas que estão sendo adotadas para garantir a conclusão das obras e a correta aplicação dos recursos públicos institucionais. Por fim, envio cópia integral do convênio, termos aditivos, plano de trabalho e relatórios de execução física e financeira dos projetos." Estou encaminhando esse documento, inclusive através de ofício, também ao Governo do Estado e à presidência brasileira da Itaipu Binacional, para acelerar o processo. Era isso, senhor presidente. Obrigado.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (Republicanos) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (Republicanos) — Bom dia a todos! Eu ouvi com atenção o deputado Zeca do PT e quero — talvez não na mesma linha do deputado — fazer um questionamento. Causa-me estranheza ver uma empresa de geração de energia elétrica, tal como a Itaipu Binacional, fazendo investimentos alheios ao setor de energia. O que nós sabemos, senhor presidente, na verdade, é que a Itaipu Binacional já fez a quitação e amortização dos investimentos que a constituíram no passado e que, portanto, o natural, o lógico, o óbvio, do ponto de vista econômico, seria que, depois dessa amortização, houvesse uma redução na tarifa de energia elétrica. Contudo, nessas "jabuticabas" que existem hoje no Brasil, nós temos uma tarifa única da Itaipu Binacional, gerando um fluxo de caixa gigantesco para a empresa, que vem sendo utilizado para finalidades diversas. Ora, eu não tenho nenhuma dúvida de que o Estado brasileiro precisa desenvolver políticas sociais. Também não tenho nenhuma dúvida de que precisamos apoiar as comunidades indígenas. Todavia, senhor presidente, há que se colocar, de maneira muito clara, o seguinte: é uma aberração, é uma distorção uma empresa de energia, como a Itaipu Binacional, fazer convênios para repasses a aldeias indígenas de Mato Grosso do Sul. Isso é um desvio de finalidade. Isso cheira à coisa muito esquisita. Eu digo aos senhores: abram os olhos...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para concluir, deputado, até porque é questão de ordem...

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (Republicanos) — Eu quero me somar ao deputado Zeca nesse sentido, para que possamos fazer o seguinte: vamos perguntar por que a Itaipu Binacional está fazendo essas ações alheias ao seu objetivo, ao seu estatuto social. Essa é a minha questão de ordem. Tem de reduzir a tarifa, não fazer proselitismo com dinheiro público.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, só para esclarecer algo ao nobre colega deputado Pedrossian Neto. Talvez ele desconheça o Estatuto da Itaipu Binacional, o qual diz que os trinta e cinco municípios abrangidos pela Bacia do Rio Paraná devem merecer investimentos como compensação ambiental pelos prejuízos causados à região. Portanto, além desses investimentos de 5,4 milhões, mais 45 milhões foram viabilizados na Itaipu pelo deputado Vander Loubet, em parceria com o governo Riedel, destinando 15 milhões. Isso tudo para resolver o problema de abastecimento de água em todas as aldeias Guarani-Kaiowá da região sul do nosso estado. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Eu só quero fazer um registro, até porque Vossa Excelência fez o requerimento. Deputado Pedrossian, pode fazer também. Só não vamos ficar no debate em questão de ordem. De fato é importante haver transparência. E é importante que a Itaipu faça investimentos de acordo com o seu estatuto. É possível também — e absolutamente legítimo — alguém discordar do objetivo ou do fundamento, mas vamos fazer isso de acordo com o nosso Regimento. Registramos e agradecemos a presença dos alunos da Escola Municipal Nero Menezes de Ávila, de Dois Irmãos do Buriti, que estão aqui a convite da deputada Mara Caseiro, acompanhados pelas professoras Solange Maria Ferreira, Marisette Martins Mendonça e Flávio Henrique Silva e pela diretora Andréa Silva de Sousa. Registramos e agradecemos a presença do senhor Adriano Lima, presidente da Associação dos Procuradores do Estado de Mato Grosso do Sul; do senhor Wagner Garcia, vice-presidente da Associação dos Procuradores; e do Bruno Pereira, secretário da Associação dos Procuradores de Mato Grosso do Sul (Apems). Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente e senhores deputados, bom dia! Cumprimento todos que acompanham a nossa Sessão. De modo especial, quero dar boas-vindas à Escola Municipal de Dois Irmãos do Buriti, aos alunos aqui presentes. Quero dar boas-vindas ao nosso amigo, colega, deputado João César Mattogrosso. Eu venho apresentar duas proposições. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, à senhora Maria do Carmo Avezzani Lopes, diretora-presidente da Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul, por meio de cópias autônomas, solicitando a realização de estudos técnicos e administrativos visando à implantação do programa Lote Urbanizado no distrito de Nova Casa Verde, município de Nova Andradina, nos termos da Lei Estadual nº 4.888, de 20 de julho de 2016, que institui os projetos de lotes urbanizados, aquisição, reforma e ampliação de unidades habitacionais destinadas à população de baixa renda do Estado de Mato Grosso do Sul. A presente solicitação atende ao pedido encaminhado ao

nosso gabinete pelo vereador Edeildo Gonçalves dos Santos, o Deildo Piscineiro, da Câmara Municipal de Nova Andradina, por meio do Ofício nº 129/2026/GAB/PRES, e da Indicação nº 149/2026, devidamente lida e aprovada na Casa de Leis de Nova Andradina. Documentos anexos. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, e à senhora Maria do Carmo Avezzani Lopes, diretora-presidente da Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul, por meio de cópias autônomas, solicitando o aumento do teto dos valores dos imóveis submetidos ao financiamento da Caixa Econômica Federal, Faixa 1, do valor atual de 220 mil para 250 mil, equiparando-se ao já praticado para as construtoras de grande porte. A presente solicitação tem origem na reivindicação dos construtores que fazem parte da Associação dos Construtores de Mato Grosso do Sul (Acomasul). É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (Republicanos) — Senhor presidente, nobres colegas deputados, público presente e todos que nos assistem pelas redes sociais, bom dia! Eu trago algumas indicações. Indico à Mesa, observadas as exigências regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, e ao diretor-presidente interino da Agesul, senhor Gilmar Márcio Franco, solicitando, em caráter de urgência, a reinstalação dos dispositivos redutores de velocidade em frente à capela Nossa Senhora Aparecida, localizada no KM 43 da rodovia MS 276, nas proximidades da região de Lagoa Bonita, no município de Deodópolis. Devido ao fato de já terem ocorrido vários acidentes fatais na referida via, ela foi apelidada de "Rodovia da Morte". Só este ano foram registrados mais de três acidentes fatais. Diante disso, solicitamos atenção. Várias reivindicações nesse sentido chegaram até nós. Chegaram outras também referente a uma vala de drenagem que existe ao lado da rodovia, outro problema que precisa de providências para evitar essas ocorrências. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, e ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, solicitando, em caráter de urgência, a manutenção da rodovia MS 245, especialmente no trecho de aproximadamente 43 quilômetros, localizado entre a rodovia MS 324 e o distrito de São Domingos, no município de Água Clara. Ontem, eu estive na região, e também constatei a situação da rodovia. O trânsito é intenso devido às várias empresas de grande porte instaladas na região. Portanto, a manutenção se faz necessária. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, solicitação de destinação de duas viaturas para o município de Chapadão do Sul, sendo uma para a Polícia Militar e outra para a Polícia Civil, visando ao reforço da estrutura de segurança pública e melhorar as condições de atendimento à população. Eu estive em Chapadão do Sul. Vejo o

desenvolvimento da cidade, que merece uma infraestrutura cada vez melhor. Era o que eu tinha, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e colegas parlamentares. Eu trago, esta manhã, três indicações. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do estado, com cópias ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Gilmar Márcio Franco, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul, solicitando que seja realizada parceria com o município para a reforma e revitalização do Estádio Municipal Adão Mendes, no município de Iguatemi. A proposta foi encaminhada ao nosso gabinete parlamentar por meio do vereador Professor Márcio, do Republicanos. É de extrema importância que o poder público, além de promover os investimentos necessários para a reforma e revitalização do local, realize diálogo com a população, ouvindo atletas, moradores, representantes esportivos e usuários do espaço, a fim de identificar as principais demandas e necessidades da comunidade. A participação popular contribuirá para que as intervenções sejam mais eficazes, atendendo às reais expectativas dos usuários e garantindo maior eficiência na aplicação dos recursos públicos. Dessa forma, a presente indicação visa fortalecer o esporte local, fomentar a inclusão social e proporcionar um ambiente mais adequado e digno para a prática esportiva e o convívio da população. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do estado, com cópia ao senhor Arthur Henrique Leite Falsete, secretário de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação, solicitando que sejam viabilizados recursos, por meio da linha Fadef, para o asfaltamento do Polo Empresarial Oeste, localizado no município de Campo Grande. A proposta atende à solicitação encaminhada ao nosso gabinete parlamentar pelo senhor Glauber Alberto Brustolin, presidente da Associação dos Empresários do Polo Empresarial Oeste. O asfaltamento contribuirá diretamente para o fortalecimento das atividades econômicas desenvolvidas no local, incentivando novos investimentos, geração de empregos e desenvolvimento econômico para a capital e para todo o estado. Além disso, a melhoria da infraestrutura viária reduzirá custos logísticos, facilitará o escoamento da produção e garantirá mais qualidade de vida aos trabalhadores e empresários que atuam diariamente na região. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor governador do estado, Eduardo Corrêa Riedel, com cópias ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, e ao senhor coordenador-geral da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil, senhor Hugo Djan Leite, solicitando a doação de veículo baixado ou substituído do patrimônio da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul, preferencialmente veículo utilitário, para atender às demandas da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de Caarapó. A presente indicação

atende à solicitação encaminhada ao nosso gabinete por meio do Ofício nº 009/2026/DCJSFJCF, oriundo da Comissão Municipal de Proteção e Defesa Civil do município de Caarapó, no ato, representada por seu coordenador, senhor José Carlos Fagundes. A proposição justifica-se, conforme se extrai do referido ofício, pelo seguinte: a Defesa Civil do município de Caarapó, desde o ano de 2025, no atual mandato da prefeita municipal Maria Lourdes Portugal, está sendo reestruturada, com a renovação da Compedec — Comissão Municipal de Proteção e Defesa Civil —, aquisição de uniformes, EPIs e parcerias com outras secretarias de ação social, como a Operação Inverno, com a distribuição de cobertores, agasalhos, refeições, abrigos e outros atendimentos às pessoas em situação de vulnerabilidade, especialmente durante esse período de baixas temperaturas e condições climáticas diversas. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente! Cumprimento os colegas deputados e as pessoas aqui presentes. E quero cumprimentar alguns amigos aqui. A senhora Patrícia Latif Elói Rezende, presidente da Associação dos Profissionais dos Correios, os membros da diretoria, os colaboradores e os associados. Sejam todos bem-vindos a esta Casa de Leis, a Casa do Povo. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o douto Plenário, nos termos do artigo 173, inciso XVI, do Regimento Interno, que seja encaminhada moção de congratulação à Associação dos Profissionais dos Correios, em razão da celebração de seus quarenta anos de fundação, comemorados no ano de 2026. A Adecap tem uma relevante trajetória institucional, construída ao longo de quatro décadas de atuação em defesa dos profissionais da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e do fortalecimento dos Correios como empresa pública estratégica para a integração nacional. Fundada em 1986, a associação consolidou-se como uma das principais entidades representativas dos profissionais dos Correios, reunindo dirigentes, especialistas e quadros técnicos comprometidos com o aprimoramento da gestão, da sustentabilidade e da eficiência da empresa, contribuindo, ainda, para o debate de políticas públicas voltadas à logística, comunicação e integração territorial do país. A celebração de seus 40 anos representa um marco de elevada relevância institucional, justificando o reconhecimento desta Casa de Leis. A história da entidade, a dedicação dos seus associados e a contribuição prestada ao desenvolvimento nacional e à valorização dos serviços essenciais ofertados à população brasileira. Parabéns aos Correios e à associação. Era o que tinha. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente, Mesa Diretora, caros deputados, caras deputadas, senhoras e senhores e todos que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS! Primeiramente, eu gostaria de dar boas-vindas ao deputado que retorna a esta Casa, o João César Mattogrosso. E, segundo,

apresentar duas moções. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido colendo Plenário, que seja enviado moção de congratulação às alunas Julia Fuso e Valentina Soares, por representarem o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul - Campus Nova Andradina, na 75ª edição da Regneron International Science and Engineering Fair – Feira Internacional de Ciência e Engenharia – Evento realizado em Phoenix, nos Estados Unidos. A elaboração de material didático voltado à aprendizagem de programação no ensino fundamental deu origem a uma pesquisa desenvolvida no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul e apresentada na edição de 2026 da Regeneron Isef, a maior competição científica e de engenharia pré-universitária do mundo. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul (Agems), senhor Carlos Alberto de Assis, solicitando — em regime de urgência — estudo de viabilidade técnica para a construção de uma terceira faixa na BR-158, trecho que liga o município de Três Lagoas à fábrica da Eldorado Brasil Celulose, aproximadamente no KM 231 da rodovia. A presente solicitação se justifica pelo intenso fluxo diário de veículos leves e pesados que transitam pela via, especialmente caminhões de cargas vinculados às atividades industriais e florestais da região. O aumento significativo do tráfego nos últimos anos tem causado lentidão, riscos constantes de acidentes durante ultrapassagens e dificuldades de mobilidade para trabalhadores, moradores e transportadores que utilizam a rodovia diariamente. Diante disso, solicitamos providências. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos agradecemos a presença do senhor Edimilson Belizário, mais conhecido como Fordão, vereador do município de Dois Irmãos do Buriti; e do Higor Caxias dos Santos, vereador de Dois Irmãos do Buriti. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, presidente, colegas parlamentares, público aqui presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS! Quero cumprimentar o nosso ex e novo colega de Parlamento, deputado João César Mattogrosso. Ele é mais do que um amigo; é um irmão que esta Casa me deu. Seja muito bem-vindo novamente, João. Eu tenho certeza de que você vem para somar, e muito, à política de Mato Grosso do Sul. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, e ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, solicitando a realização do curso de aperfeiçoamento de sargentos para, com a abertura de uma nova turma e a oferta de vagas suficientes para atender à demanda da corporação, viabilizando a qualificação profissional e a regularização da progressão na carreira. A finalidade é atender a uma demanda relacionada à qualificação e ao desenvolvimento profissional dos sargentos da PM, considerando que o curso de aperfeiçoamento é etapa relevante para a atualização técnica, o fortalecimento das competências de liderança e o aperfeiçoamento de procedimentos operacionais e administrativos, com impacto direto na qualidade do serviço prestado à população. A abertura de uma nova turma do curso vai assegurar a regularidade da progressão na

carreira, evitando acúmulo de defasagens e garantindo que a corporação mantenha seus quadros preparados para exercer funções de supervisão e coordenação, em conformidade com as exigências de responsabilidade e organização do trabalho policial. Indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador do estado, Eduardo Riedel, e ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, solicitando a destinação de recursos para aquisição de novas viaturas, bem como para a renovação e ampliação da frota operacional da Polícia Civil, com atenção especial às unidades do município de Dourados, em especial à Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, que, desde o final do ano passado, por meio de empenho também do nosso mandato, passou a funcionar como a primeira Delegacia da Mulher do interior em regime de 24 horas. Esta é uma luta que travamos neste Parlamento e que levou o Governo do Estado a enxergar essa medida como emergencial. A finalidade é contribuir para o fortalecimento da estrutura de atendimento e de resposta operacional da Polícia Civil, especialmente em Dourados, que é a segunda maior cidade do estado e que hoje enfrenta problemas por conta da falta de uma frota adequada. A demanda por deslocamentos para diligências, atendimento de ocorrências, cumprimento de medidas protetivas e encaminhamento de vítimas exige disponibilidade contínua de viaturas em condições adequadas de uso. A ampliação e a renovação da frota, com reforço direcionado à Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, favorecem a celeridade do atendimento, melhoram a capacidade de atuação preventiva e repressiva, asseguram melhores condições de trabalho aos servidores e contribuem diretamente para a proteção das vítimas e para a efetividade das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres aqui no nosso estado. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, e ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcantara de Carvalho, e ao prefeito de Dourados, senhor Marçal Filho, solicitando a destinação de recursos para a realização de obras de pavimentação e implantação de sistema de drenagem de águas pluviais na avenida Nelson Moraes de Matos, no município de Dourados. Esta é uma antiga solicitação da população local. O caso gerou, inclusive, mobilização em Dourados. A via é relevante para a mobilidade urbana e para o funcionamento dos serviços de modo geral. A ausência de infraestrutura adequada em pontos da avenida, somada ao desgaste do pavimento, tem causado transtornos recorrentes à população. A pavimentação e a drenagem são medidas necessárias para reduzir tais problemas e garantir qualidade de vida para quem mora naquela região de Dourados. Por hoje é isso. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Deputado Gerson Claro, presidente desta Casa, bom dia! Bom dia, colegas e todos que prestigiam esta Sessão! Apresento um projeto de resolução. Projeto de resolução que altera a Resolução nº 22, de 5 de setembro de 2025, que instituiu, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, o Diploma e a Medalha do Mérito Legislativo em

Homenagem ao Cooperativismo, a serem conferidos às pessoas físicas e jurídicas que se destacaram na promoção do cooperativismo no estado. E, por último, apresento um requerimento. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Mesa, ouvido o colendo Plenário, obedecido o Regimento Interno, que seja autorizada a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia, no dia 11 de junho do corrente ano, às 19 horas, para a realização de Sessão Solene em comemoração ao Dia do Pastor Evangélico, conforme a Lei nº 3.409/2007, de nossa autoria, ocasião em que será entregue o diploma alusivo à referida data comemorativa. Solicito também autorização para a utilização de todos os serviços oferecidos por esta Casa, em especial cerimonial, convites on-line e impressos, segurança, sonorização, assessoria de imprensa e outros apoios administrativos necessários à realização do evento supramencionado. Era o que eu tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Jamilson Name: três indicações (Prot. nºs 1395/2026, 01401/2026, 01402/2026). De autoria do deputado João Henrique: duas moções de pesar (Prot. nºs 1397/2026, 01386/2026). De autoria da deputada Lia Nogueira: cinco indicações (Prot. nºs 1392/2026, 01391/2026, 1390/2026, 01415/2026, 1414/2026). De autoria do deputado Lidio Lopes: um projeto de resolução (Prot. nº 1387/2026). De autoria do deputado Lucas de Lima: cinco indicações (Prot. nºs 1427/2026, 01426/2026, 1425/2026, 1413/2026, 1422/2026). De autoria da deputada Mara Caseiro: uma indicação (Prot. nº 1432/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 01430/2026); um projeto de lei (Prot. nº 1424/2026). De autoria do deputado Neno Razuk: uma moção de congratulação (Prot. nº 01388/2026). De autoria do deputado Paulo Corrêa: duas indicações (Prot. nºs 1406/2026, 01403/2026); duas moções de congratulação (Prot. nºs 1407/2026, 1389/2026); uma moção de pesar (Prot. nº 1409/2026). De autoria do deputado Pedro Kemp: quatro indicações (Prot. nºs 1429/2026, 1408/2026, 01434/2026, 1435/2026); dois requerimentos (Prot. nºs 1433/2026, 1428/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 01423/2026); uma moção de pesar (Prot. nº 1431/2026). De autoria do deputado Pedrossian Neto: uma moção de congratulação (Prot. nº 01404/2026). De autoria do deputado Professor Rinaldo: uma indicação (Prot. nº 01417/2026); um requerimento (Prot. nº 01416/2026); um projeto de resolução (Prot. nº 1418/2026). De autoria do deputado Roberto Hashioka: uma indicação (Prot. nº 01421/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 1420/2026). De autoria do deputado Zé Teixeira: três indicações (Prot. nºs 01412/2026, 1411/2026, 01410/2026). De autoria do deputado do Zeca do PT: um requerimento (Prot. nº 01436/2026).). Encerado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Pelo livro de inscrições, com a palavra, o deputado Hashioka.

DEPUTADO HASHIOKA (Republicanos) — Senhor presidente, eu passo meu tempo para o deputado João César Mattogrosso, que hoje retorna a esta Casa de Leis.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vossa Excelência dispõe de trinta minutos, deputado João César Mattogrosso.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — sem revisão do orador — Pelo jeito, não mudou nada aqui, o deputado João Henrique continua chorando (tom de brincadeira). Bom dia, presidente Gerson Claro! Bom dia, nobres deputados e nobres deputadas! Cumprimento a imprensa, os sul-mato-grossenses que nos acompanham pela TV Alems e os amigos que se fazem presentes aqui neste Plenário. Quero agradecer ao deputado Hashioka por ter cedido parte do seu tempo para mim. Um abraço a todos vocês. O nosso retorno a esta Casa carrega, deputada Lia Nogueira, um duplo sentimento: alegria e responsabilidade, por um lado; tristeza, por outro. Alegria porque trabalhamos bastante, junto com a minha equipe — parte dela se faz presente aqui —, agradeço a cada um de vocês. Em 2022, lutamos para que pudéssemos ocupar uma cadeira neste Parlamento. Não foi fácil. Batemos na trave. Ainda tivemos a oportunidade de, como suplente, atuar nesta Casa durante um ano e trabalhar pela população sul-mato-grossense. Responsabilidade porque chegamos agora, num momento em que os colegas já estão na reta final, com seus times montados, produzindo, trabalhando, e nós não podemos ficar para trás. Precisamos chegar mostrando serviço, com a equipe, correndo atrás para entregar resultado para a população sul-mato-grossense. Afinal, foi esse o compromisso que fizemos lá em 2022. E, por outro lado, o sentimento é de tristeza. Tristeza pelo amigo Neno, que se fez presente neste Parlamento, trabalhando e representando a população sul-mato-grossense, e que, infelizmente, deixou esta Casa por decisão da Justiça, em razão de um erro que não foi dele, muito menos meu. Mas a gente precisa levar isso como exemplo, e a Justiça Eleitoral também precisa levar isso como exemplo: esse tipo de coisa não pode mais acontecer. Não é razoável, em um mandato de quatro anos, a Justiça levar praticamente três anos e meio para dar posse a um deputado estadual, a quem tem direito. Eu respeito demais o amigo Neno Razuk. Nós estaremos, inclusive, buscando os projetos dele, principalmente os que dizem respeito às pessoas com Transtorno do Espectro Autista, para que possamos dar continuidade a essa luta nesta Casa de Leis. Não fiquei parado. Foram dois anos de muito trabalho como diretor-executivo do Detran/MS, onde pudemos rodar os setenta e nove municípios do estado. Percorremos mais de noventa e quatro agências do Detran, lutando pelo servidor e pela qualidade do serviço do nosso Detran. Tenho o maior carinho por aqueles servidores. Deixo um abraço a cada servidor do Detran. Durante esse tempo, a gente não parou. Continuamos trabalhando para Mato Grosso do Sul, porque o trabalho pela população sul-mato-grossense não pode parar, seja no Parlamento, seja no Detran, seja onde estivermos. Estaremos sempre trabalhando. Comigo, carrego a bandeira do trabalho sério, do resultado com responsabilidade, e é isso que gostaria de deixar aqui para vocês. O tempo é curto, então cada dia importa. E, respondendo àqueles que ainda não conseguiram falar conosco sobre se seremos ou não candidatos à reeleição, digo: não o seremos. Nós tomamos essa decisão ano passado. O tempo é curto, mas vamos fazer, com responsabilidade, o que a população espera do nosso mandato — trabalhar, trabalhar. Agradeço a Deus pela oportunidade de retornar a esta Casa de Leis. Espero que tudo dê certo. Obrigado aos colegas pelos apartes, principalmente aos deputados Pedro Kemp, Paulo Duarte e Lia Nogueira. Fico muito feliz pelas palavras de cada um de vocês. Acho que isso demonstra o espírito que esta Casa precisa manter: o respeito, o diálogo e a boa convivência, independentemente de posição partidária ou ideológica. Deputado Pedro Kemp, obrigado pelas palavras. Nós sempre tivemos um relacionamento de muito respeito

e diálogo — e isso é fundamental no Parlamento. Concorde com Vossa Excelência quando fala da necessidade de maior celeridade da Justiça Eleitoral. Situações como essa acabam trazendo insegurança jurídica e prejudicando não apenas os parlamentares envolvidos, mas também, e sobretudo, a população, que fica sem compreender exatamente o que acontece. Deputado Paulo Duarte, agradeço ao senhor pelas palavras de carinho. Acredito que a política precisa, sim, de mais educação, de mais gentileza, de mais equilíbrio. A gente pode divergir nas ideias, nos posicionamentos, mas sem perder o respeito pelas pessoas. Eu aprendi esses valores dentro de casa e procuro carregá-los comigo na vida pública. Deputada Lia Nogueira, muito obrigado pelo carinho e pela amizade construída aqui nesta Casa. Eu tenho muita admiração pela senhora e pelo trabalho que realiza, especialmente nas pautas das famílias atípicas. Pode ter certeza de que essa pauta continuará tendo a atenção do nosso mandato. Como eu disse, pretendo dar continuidade também aos projetos importantes do deputado Neno Razuk, principalmente aqueles voltados às pessoas com Transtorno do Espectro Autista e às famílias que precisam desse suporte e desse olhar mais humanizado do poder público. E reforço: o momento é de trabalho. O tempo é curto, mas a vontade de contribuir é grande. Quero poder honrar cada voto de confiança, cada palavra de incentivo e trabalhar ao lado de todos os colegas pelo desenvolvimento de Mato Grosso do Sul. Muito obrigado, presidente. Agradecendo mais uma vez a Deus e à Justiça, que tarda, mas não falha. Um grande abraço a todos.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Eu quero, em nome da Casa, dizer ao deputado João César Mattogrosso que ele é bem-vindo. Nós não temos dúvida da sua serenidade e da sua gentileza. Conforme disseram a deputada Lia e o deputado Paulo, sua serenidade, seu bom senso e sua educação certamente vêm para engrandecer este Parlamento. Por um lado fico triste pelo colega Neno Razuk, mas por outro fico feliz por tê-lo novamente conosco, deputado João César. Eu quero dar um testemunho referente à luta do Neno em defesa dos autistas. Em nome deste Parlamento, em nome do nosso gabinete, o deputado Neno tem as portas abertas. Ele sempre terá o apoio deste parlamentar nas demandas que tocava. "A justiça tarda, mas não falha" é um ditado antigo, mas não serve mais. Justiça que tarda, falha. Vossa Excelência não deu causa, deputado; mas as pessoas que deram causa a essa mudança precisam responder mais rapidamente, e a Justiça tem que ser mais célere. Um pleito eleitoral se aproxima, e já começa a guerra virtual. Então, que a Justiça seja célere e dura com quem não sabe respeitar a lei. É preciso ter senso democrático e responsabilidade para cumprir a lei, porque, quando todos cumprem a lei, o direito não deixa de socorrer ninguém. Seja bem-vindo e conte com o apoio desta Casa! Com a palavra, o deputado Hashioka.

DEPUTADO HASHIOKA (Republicanos) — sem revisão do orador — Senhor presidente, caros deputados, caras deputadas e todos que nos acompanham, eu venho a esta tribuna para falar das concessões que acontecem no Brasil e, especialmente, em Mato Grosso do Sul. Primeiro, gostaria de relatar que a Energisa conseguiu agora, recentemente, a renovação do seu contrato por mais trinta anos. Isso foi possível em função do Decreto nº 12.068/2024, que permite que as concessões sejam renovadas sem licitação. O problema é que, quando isso acontece, nós ficamos à mercê do que estamos enfrentando aqui em

nosso estado. Recentemente, esta Casa de Leis realizou uma audiência pública para tratar dos serviços prestados pela Energisa. Não obstante apresentar lucro recorrente — só para trazer os dados aqui —, a partir de 2021, naquele ano, o lucro líquido foi de 458 milhões de reais; em 2022, de 520 milhões; em 2023, de 603 milhões; em 2024, de 609 milhões; em 2025, 407 milhões; e agora, em 2026, no primeiro trimestre, 207 milhões. Isso também acontece porque, enquanto a inflação acumulada nesse período foi de 38,5%, o aumento da energia em nosso estado atingiu 61,7%. E é interessante dizer que, aqui na audiência pública, foram colocadas questões de que, quando acontece a interrupção da energia, principalmente na zona rural, na nossa região de Nova Andradina, há propriedades que ficam três, quatro e até cinco dias sem o retorno do serviço. Isso impacta negativamente a economia, principalmente daqueles que, por exemplo, são produtores de leite. O deputado Renato Câmara, que atua em prol do setor, sabe o que enfrentam os produtores por conta dessa questão da energia. E o fato de o decreto permitir a renovação sem licitação traz alguns questionamentos, por exemplo: ausência de concorrência, pouca pressão competitiva por melhoria, sensação de renovação automática, dificuldade de a sociedade influenciar a decisão e fiscalização percebida como insuficiente. Ou seja, a Energisa, que vai ter mais trinta anos de concessão, assumiu o compromisso de investir 4,4 bilhões até 2030. Eu me pergunto: será que isso será suficiente para corrigir toda essa questão da qualidade do serviço prestado em nosso estado? As concessões, pelo visto, acontecem da seguinte forma: a empresa pega a concessão, primeiro auferir os lucros e, só depois, vai investir o dinheiro do próprio contribuinte. Ela não tem risco algum. O capital não enfrenta risco. O capital ganha a concessão, cobra do cidadão valores que, como eu disse aqui, estão acima da inflação. São mais de 23% acima da inflação nos últimos cinco anos. Quer dizer, há esse lucro de 1,6 milhão por dia, há uma renovação sem competição, e fica apenas o compromisso de fazer um investimento de 4,4 bilhões. O que isso demanda aqui no nosso estado? Eu estive, na semana passada, com o presidente da Agems e disse a ele: seria muito importante a participação da agência, visto que cabe à Agems produzir os relatórios. Então, nós precisaríamos ter um dispositivo para melhorar os investimentos, para não termos mais que ficar enfrentando, repetidas vezes, a mesma situação: energia sempre com deficiência, tanto na zona urbana quanto na zona rural. E, na mesma seara das concessões, a gente pode falar aqui sobre a concessão da BR-163. A concessão da BR-163 é tão ou mais grave do que a da Energisa. Acho que é mais grave. Porque a concessão da BR-163, além do que aconteceu desde o seu início, em 2014, com o compromisso de fazer a duplicação de todo o trecho, ao longo dos seus 845 quilômetros de extensão, resultou em apenas 18% duplicados, cerca de 150 quilômetros. E, ao longo de todo esse tempo, a concessionária CCR, antiga CCR MSVia, hoje Motiva — que, de certa forma, nos desmotiva, porque deixa de fazer os investimentos pertinentes ao compromisso assumido na primeira licitação —, de 2017 em diante, quer dizer, até 2025, por quase oito anos, não fez nenhum quilômetro de duplicação. Parou nos 150 quilômetros. Não obstante, o contrato inicial estabelecia que, caso não fosse cumprido o cronograma de duplicações, a tarifa de pedágio deveria sofrer redução. Isso não aconteceu. Pelo contrário: a Motiva, ao longo do tempo, teve a correção dos seus valores de acordo com a inflação. Eu tenho aqui os dados de 2021 a 2025: a Motiva teve 45,8% de correção no preço do pedágio, enquanto a inflação foi de 38,5% nesse período. Ou seja, ela não teve prejuízo. É interessante observar isso. E a

Motiva alegava, ao longo dos anos, dificuldades de arrecadação. Mas houve, inclusive, notícia veiculada em reportagens de maio de 2025 segundo a qual a CCR MSVia teria deixado de contabilizar cerca de 638 milhões em seus balanços oficiais, entre 2021 e 2024, apresentando apenas cerca de 47% da arrecadação real às autoridades. Depois que foi feita a repactuação, a Motiva teve um aumento significativo no seu faturamento: passou de 302 milhões para 769 milhões. Isso representou um aumento da ordem de 140%, 150%. Deputados, na verdade, essa concessão da BR-163... Ainda recentemente eu me dirigi ao sul do estado, ali na região de Itaquiraí, Eldorado e Mundo Novo. É um desastre. Com essa repactuação, a expectativa é de mais 203 quilômetros de duplicação. Ou seja, 22%. Isso somado aos 18% já executados, chegaria a cerca de 40% de duplicação. Ainda ficarão mais de 450 quilômetros em pista simples. E a concessão foi renovada, vai até 2054, porque recuperaram os dez anos que já haviam se passado, de 2014 a 2024, acrescentando mais dez anos ao contrato. Então, a BR-163 vai ficar sem duplicação em mais de 450 quilômetros. Mesmo que sejam feitas obras adicionais, isso não é tão expressivo na questão da segurança e do conforto para aqueles que lá transitam. Acho que Mato Grosso do Sul, tanto na questão da energia quanto na questão da rodovia, precisa agir por meio da Agems, para que não fiquemos apenas na expectativa de investimento de 4,4 bilhões. Se fizermos uma conta simples, nesses últimos anos a Energisa teve 3,4 bilhões de lucro. Com mais trinta anos de concessão, se for mantida essa média de 500 milhões por ano, serão mais 15 bilhões. Somados aos 3,4 bilhões já obtidos, chegamos a 18,4 bilhões. E a expectativa de investimento é de 4,4 bilhões, como se fosse um paliativo para justificar a renovação feita por mais trinta anos sem licitação. E o Estado faz o quê? Ele fica inerte. Lembro, inclusive, da manifestação de um ministro do Tribunal de Contas da União quando da renovação da repactuação da BR-163. Parte da sociedade foi contrária à repactuação, e ele afirmou que aquela renovação significava premiar a irresponsabilidade da empresa concessionária e a inação injustificada da agência reguladora. Eu vejo da mesma forma na questão da Energisa, porque os anos se passaram e pouco se fez, enquanto continuamos enfrentando dificuldades diante de um serviço de energia que não apresenta a qualidade desejada. Da mesma forma ocorre na BR-163. Deputados, eu até destacar que tenho um projeto tramitando na CCJR a respeito da obrigatoriedade de as empresas concessionárias apresentarem cronogramas de investimento, principalmente nas concessões rodoviárias. Ainda recentemente, aqui nesta Casa, durante uma discussão sobre a Rota da Celulose, houve manifestação no sentido de que não existe um cronograma detalhado de investimentos da empresa que hoje é concessionária da BR-267, da BR-262, da MS-040 e da MS-338. E realmente nós precisamos que haja um cronograma de investimentos, porque o trecho entre Casa Verde e Nova Alvorada do Sul, por onde transitei ontem, está um desastre. Os caminhoneiros já estão desviando pela MS-040, e aí teremos um problema ainda mais sério, porque a MS-040 foi construída, no passado, e não possui a mesma estrutura de uma BR. Se o tráfego pesado migrar para aquela rodovia, demandará mais manutenção. Então, eu sugiro que a Agems faça uma contagem de tráfego na BR-163, como foi feito no Paraná, quando ocorreu a discussão sobre a duplicação do trecho entre Paranavaí e Maringá. Naquela ocasião, a sociedade paranaense fechou questão: "Sem duplicação, pedágio não". E foi impedida a continuidade dos serviços da concessionária. A Socipar contratou uma empresa de São Paulo, da região de Campinas, que realizou a

contagem de tráfego. Ou seja, uma empresa especializada em estatística mediu e comprovou que aquela rodovia possuía fluxo suficiente para a duplicação integral, como está acontecendo hoje no trecho entre Paranavaí e Maringá. Eu acho que, da mesma forma, Mato Grosso do Sul deveria fazer um trabalho semelhante. Com certeza, nós teríamos aí a justificativa para disparar o gatilho, já que a repactuação aconteceu, e não ficaríamos apenas nos 203 quilômetros de duplicação, mas avançaríamos para todo o trecho, de Mundo Novo até Sonora, para que a BR-163 pudesse ficar toda duplicada, como acontece lá em Mato Grosso, em uma realidade muito diferente da que ocorre aqui em Mato Grosso do Sul. E eu digo sempre isso porque, quando a gente atravessa para os Estados do Paraná e de São Paulo, dá a sensação de que estamos em outro país. Isso porque, em Mato Grosso do Sul, as rodovias estão deficitárias no que tange à capacidade, à conservação e à manutenção. As concessões referentes à energia e ao saneamento devem ser acompanhadas com mais rigor. Aliás, eu volto a esta tribuna, inclusive, para falar um pouco sobre saneamento e sobre o que está acontecendo nos municípios que estão recebendo a implantação do esgotamento sanitário. Em Nova Andradina, o problema é muito sério. Há esgoto a céu aberto. Então, é preciso que as agências reguladoras e os órgãos responsáveis tomem as iniciativas pertinentes, porque não se pode condenar o que foi implantado no passado. As parcerias público-privadas surgiram para trazer investimentos da iniciativa privada e melhorar o serviço público. Mas não se pode condenar a sociedade a conviver com serviços de má qualidade, que colocam em risco a vida das pessoas, a segurança econômica das empresas e, inclusive, o desenvolvimento do nosso estado. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Ainda no Grande Expediente, com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Transferida. Não há mais oradores inscritos. Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o deputado Pedro Kemp sobre o quórum.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Com vinte e três deputados e deputadas presentes, há quórum para deliberação das matérias.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Item 1. Em discussão única. Projeto de Resolução nº 12/2026. Autor: deputado Paulo Duarte. "Concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense a quem especifica." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Registramos e agradecemos a presença da senhora Rosângela Marçal Paes, vereadora do município de Costa Rica.

Projeto de Resolução nº 12/2026, de autoria do deputado Paulo Duarte.

Presidente — deputado Renato Câmara (Republicanos).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PL).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PP) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezoito votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Aprovado o projeto de resolução que concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao senhor Valdir Osvaldo Junior. Vai ao Expediente. Item 2. Em discussão única. Projeto de Resolução nº 14/2026. Autor: deputado Paulo Corrêa. "Concede Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense a quem especifica". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Paulo Duarte. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Resolução nº 14/2026, de autoria do deputado Paulo Corrêa.

Presidente — deputado Renato Câmara (Republicanos).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PL).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PP) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Encerrada a votação. Solicito o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Aprovado o projeto de resolução que concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao senhor Leonardo Mendonça Pimenta. Vai ao Expediente. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 186/2024. Autor: deputado Paulo Duarte. Coautor: deputado Gerson Claro. "Dispõe sobre a prestação de informações aos consumidores e aos gestores de energia solar, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul." A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral nº 1, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. A Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral nº 1, tendo como relator o deputado Lidio Lopes. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 186/2026, de autoria do deputado Paulo Duarte e coautoria do deputado Gerson Claro.

Presidente — deputado Renato Câmara (Republicanos).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PL).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PP) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezoito votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Aprovado. Vai à redação final. Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 42/2026. Autora: deputada Mara Caseiro. "Inclui, no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul, a Festa do Peixe, realizada no distrito de Palmeiras, no município de Dois Irmãos do Buriti." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão...

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Para discutir.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Para discutir, com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Eu quero registrar a presença dos alunos da Escola Municipal Nero Menezes de Ávila, de Dois Irmãos do Buriti, que, a nosso convite, se fazem presentes, acompanhados pelos professores Solange, Maria Ferreira, Marizete Martins Mendonça e Flávio Henrique Silva Florenzano, bem como pela diretora Andreia Silva de Souza. Registro também a presença dos vereadores de Dois Irmãos do Buriti: Igor, Jordão, Juliano e Marcos. Presidente, eu já estive, várias vezes, na Festa do Peixe, e sei da sua importância cultural e econômica para aquele distrito. É um momento de festividade, mas também de valorização do pescado e dos pescadores, sendo um evento muito importante para Dois Irmãos do Buriti, em especial para o distrito de Palmeiras. E sua inclusão no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul certamente a tornará ainda mais relevante. Parabéns a todos, especialmente ao vereador Juliano, que, por muito tempo, organizou a festa juntamente com toda a administração municipal. Muito obrigada, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Ainda em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos senhores deputados...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Quero registrar nos anais desta Casa que ontem participei de um momento importante. Ontem foram comemorados os sessenta e sete anos do Sindicato dos Bancários, fundado em maio de 1959. Refiro-me ao Sindicato dos Bancários de Campo Grande e Região, do qual tenho orgulho de fazer parte da história, tendo sido um dos seus dirigentes no período de 1986 a 1989. Fui um dos dirigentes que contribuíram para que o sindicato se tornasse mais combativo na defesa dos interesses dos

bancários, conduzindo uma das maiores e mais importantes greves da categoria no Brasil, que culminou na assinatura do primeiro acordo coletivo de salários, abrangendo os bancos públicos, mas também os bancos privados. Evento indiscutivelmente importante, deputado Pedro Kemp, na história dos bancários do Brasil. Amanhã vou apresentar uma moção. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Em votação.

Projeto de Lei nº 42/2026, de autoria da deputada Mara Caseiro.

Presidente — deputado Renato Câmara (Republicanos).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezessete votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 5. Em discussão única e votação simbólica. Três requerimentos, trinta e uma indicações, duas moções de apoio e três moções de congratulação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Não havendo oposição, dou-os por aprovados. Item 6. Em discussão única e votação simbólica. Moções de pesar. Apresentada pelo deputado Junior Mochi, em razão do falecimento da senhora Dionísia Afonso Medina. Apresentada pelo deputado Pedro Kemp, em razão do falecimento do senhor Dirceu Carlino. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Não havendo oposição, dou-as por aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Eu quero apenas fazer um registro. Estava presente aqui a vereadora Rosângela, de Costa Rica. E ela me deu uma notícia muito boa: ela está fazendo tratamento contra o câncer, e os tumores desapareceram. Que bênção! E eu estava lembrando que o meu neto completou vinte anos ontem. Eu fazia a minha última quimioterapia exatamente nessa mesma data, em Cascavel, quando enfrentei o câncer. Então, há vinte anos, eu fazia a última quimioterapia e nascia o meu primeiro neto. Que Deus abençoe a Rosângela. E aqui fica um alento a todos que estejam enfrentando essa doença: façam o tratamento, porque ele é fundamental e pode gerar excelentes resultados. Só isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — É preciso ter pensamento positivo. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Não há mais oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente Sessão (11h14min).